

Compre

N.º 5

-6. MAI 2010

LISBOA, 31 DE JULHO DE 1924

ANO I

Director
Oliveira Tavares

Editor
Maximino Abranches

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

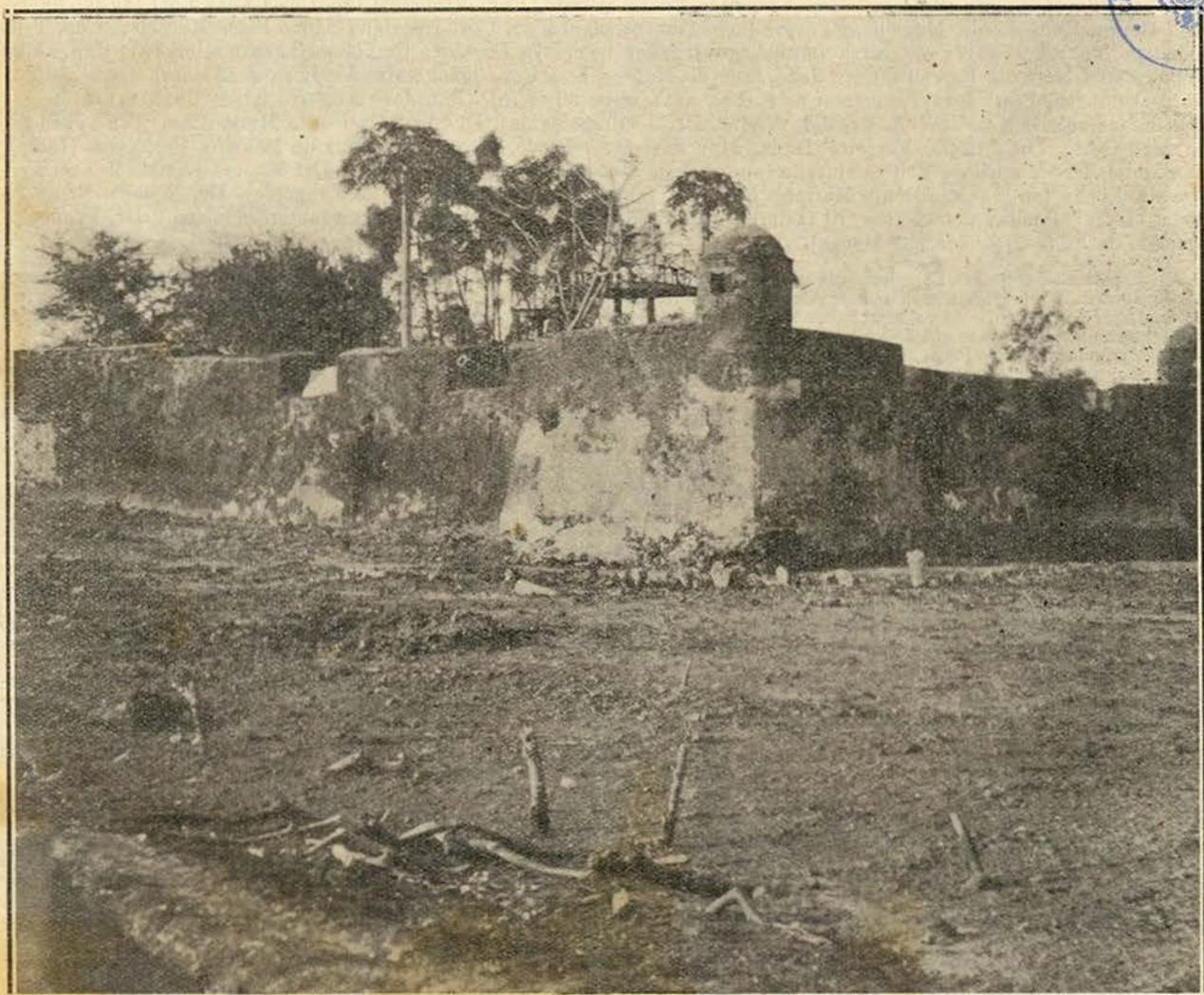
Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se ás 5.ªs feiras

Redação e Administração
R. Diário de Noticias, 44, 1.º

SEMANARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

MONUMENTOS COLONIAIS



GUINÉ — A VELHA FORTALEZA DE CACHEU

Levantada pela primeira vez em 1589, foi reconstruída cerca de 1738

1910

COLABORAÇÃO

No sentido de dar á discussão dos variados e complexos problemas coloniais a maior largueza e de originar fortes correntes de opinião favoráveis aos altos interesses coloniais, procura a «Gazeta das Colonias» conseguir uma larga colaboração, tanto na Metrópole como nas Províncias Ultramarinas, por parte de todas as entidades, que melhor conhecem os assuntos coloniais e que por isso mais decisivamente podem intervir no seu estudo.

Desde já, é a «Gazeta das Colonias» honrada com a coloberação dos Ex.^{mos} Srs.:

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Ex.^{mo} Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo gov. colonial). Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo gov. colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Major Antonio Leite de Magalhães (antigo gov. de distrito), Antonio Pinto Teixeira (antigo gov. de distrito), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Dr. Armindo Monteiro, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo gov. colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro, Cap. ten. Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Al. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. Fernando Emídio da Silva, Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. Henrique Sátiro Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoesas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bettencourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camacho (antigo Alto Commissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro); Mariano Machado (antigo Director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto da Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques), Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro), Dr. Francisco Anacleto da Silva (Senador por Macau).

Espera a «Gazeta das Colonias», que independentemente de solicitação especial, todas as colectividades do Ultramar. (como Conselhos do Governo, Municipalidades, Comissões de melhoramentos, Associações Comerciais e Industriais, agremiações scientificas ou de outra natureza), que tenham parte na valorisação dos nossos dominios coloniais, lhe honrem as colunas com a sua opinião autorisada pelo estudo local e inspirada no interesse que a nossa colonisação, por certo, lhes merece.

Aos colonos que lá longe dispendem o melhor do seu esforço; trabalhando pelo bom nome de Portugal e cuja acção nem sempre é conhecida, faculta a «Gazeta das Colonias», as suas colunas, onde serão gostosamente registadas as suas opinies, a que a durá experiencia dá um alto valor.

A todos a Direcção da «Gazeta das Colonias» protesta o seu respeito e confia a rialisação da obra que se propõe empreender e na qual não poderá ter mais que uma modesta participação.

SECÇÕES

É facilmente explicavel que não possamos, já de inicio, abrir todas as secções que tencionamos incluir na *Gazeta das Colonias*.

Entre ellas figura a de «Estatística Colonial», a que dedicaremos um especial cuidado, atenta a importancia que lhe atribuímos. Para tornar essa secção tão proveitosa quanto possivel, fazendo dela uma base segura para o estudo da actividade colonial, além dos elementos que solicitámos, aceitaremos, com prazer, quaisquer outros que nos sejam fornecidos sobre: produção, cotação de produtos, areas cultivadas, mão de obra empregada, gado, exportação, importação, etc.

A hygiene colonial tem igualmente um logar na «Gazeta» procurando-se em algumas considerações ligeiras romper com certo processos prejudiciais, difundindo o conhecimento de algumas medidas de profilaxia, indispensáveis a quem vive nas colónias ou a elas se destina.

Outras secções serão criadas e desenvolvidas dentro das possibilidades da «Gazeta» atendendo-se sempre aos fins que esta se propõe realisar — *propaganda da nossa colonisação, constantemente aperfeiçoada, pela introdução dum maior espirito scientifico em toda a acção colonial, quer colectiva, quer particular.*

AGENCIAS

A *Gazeta das Colonias* tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:

No Continente: — Para o Porto e Norte do Paiz—Os Ex.^{mos} Srs. Dias Pereira & C.^a

Para a Província de Moçambique. — *Lourenço Marques:* Ex.^{mo} Sr. Roque Ferreira (com acção nos distritos de Gaza, Quelimane e Tete). *Moçambique:* Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva. *Inhambane:* Ex.^{mos} Srs. A. Cruz, Limitada. *Manica e Sofala:* Ex.^{mo} Sr. Luiz Pereira Eduardo.

Nas restantes provincias: agencias provisórias.

Acceitam-se propstas para Agentes na Metropole e nas Colonias

Assinaturas e Anuncios

Tratam-se nas Agencias e na Administração: Rua do Diario de Noticias, 44-1.º—LISBOA.

Segundo as normas seguidas por todas as emprêsas jornalisticas, considerámos desde o n.º 3 assignantes da "GAZETA DAS COLONIAS" todas as pessoas a quem foram enviados os primeiros numeros e que nos deram o prazer de os não devolver.

Transportação penal e colonização

VOLTA a debater-se na imprensa o problema da transporte penal como agente da colonização... E, consoante acabo de ler na *Chronique de l'Institut Colonial Français* de 20 de março ultimo, também em França a mesma questão se agita em redor dos impressionantes artigos que o brilhante jornalista Albert Londres publicou no *Petit Parisien* sobre a Guiana e a favor dos transportados, assim se demonstrando que o *velho tema* é, afinal, um tema da maior actualidade, ainda esbarrando em tropeços que o afastam da solução mais conveniente.

A tésse que, sobre o assunto, foi apresentada ao 2.º Congresso Colonial pelo Sr. Dr. João Bacelar, oferecia margem a larga e proveitosa discussão; e lamentável foi a deliberação do Congresso que, perante uma proposta meramente idealista, relegou para as traças do arquivo um trabalho interessante e prático, alicerçado em considerações tão facilmente aceitáveis pela nossa inteligência como pelo nosso coração.

Em França seguiu-se melhor caminho... Revelada a imperfeição do sistema, e emocionada a opinião pelos quadros de miséria que a pena generosa de Albert Londres comoventemente descrevera, logo uma comissão de quinze membros — nomes em destaque na magistratura, no professorado e nos funcionalismos colonial e metropolitano — foi instituída pelo ministro Sarraut para cuidadosamente estudar e propor a reforma do regime penitenciário, cuja mediocridade dos resultados flagrantemente se constatava. Os seus trabalhos serão orientados principalmente no sentido da selecção dos condenados, da retribuição do trabalho, da questão da promiscuidade e da supressão da *«double peine»*, — que julgo ser a condição de párias em que, pela hostilidade da população, ficam muitos dos «liberados», repellidos de todos os campos onde a sua actividade poderia exercer-se.

São manifestos, portanto, os pontos de contacto entre esta doutrina e aquela que o Sr. Dr. João Bacelar defendia na sua tésse. Mas, enquanto a França rasgadamente se lançou no campo das realizações para obter a melhoria do seu regime, nós quedámo-nos absórtos na miragem duma vaga «ilha pouco povoada, cuja situa-

ção seja o mais apropriada possível ao fim que se tem em vista»... e com este *sônho* nos contentamos, sem mesmo procurarmos saber se o *sônho* poderia converter-se em realidade e, caso pudesse, quantos anos teria de ficar ainda enconchado nas valvas da quimera, aguardando estudos e construções, se para tanto não faltasse aquilo que seria indispensável: — o dinheiro.

... Pois se nem sequer temos a certeza de que, entre as nossas possessões, alguma ilha exista que reúna as condições necessárias para se pôr em obra o precipitado voto do Congresso!

E, entretanto, as levas de degradados continuam seguindo rumo directo para Angola. E vão como iam dantes, — sem selecção conveniente nem fins determinados, — talqualmente nos tempos de Ceuta e de Arzila em que não havia outro intuito que não fosse tornar o degredo um calvario de expiação e de terrôr, livrando-se a metrópole dos seus «indesejáveis».

Todavia, a transporte com fins colonizadores foi concepção de Portugal. Não começou ela pelo Brasil, — como tão frequentemente se diz e se escreve, — mas por S. Tomé, em 1493, quando a capitania foi transferida a Alvaro Caminha e este ali se estabeleceu com *judeus e degradados*, dando-se «a cada hun huna escrava para a tær & se de ella servir avendo o principal respeito se a dita ilha povoar». Só muito posteriormente (1525) se estendeu ao Brasil, onde também os *judeus e degradados* constituíram o primeiro núcleo da população, ao mesmo tempo que se garantia asilo seguro a todos os *criminosos* que ali quizessem ir morar, exceptuando-se apenas os réus de heresia, traição, sodomia e moeda-falsa.

São grandes, portanto, as nossas responsabilidades nesta especie de colonização, que a Inglaterra aproveitou mais tarde no povoamento da America Norte (1584?) e da Austrália (1778), tendo-o igualmente seguido a França na ocupação da Guiana (1852) e da Nova Caledónia (1864), com resultados cuja eficácia facilmente se demonstra. Nos Estados Unidos, foi a Virgínia a receptora do maior número de malfetores (*convicts*), que o governo entregava a

quem mais pagasse, — e a Virgínia foi um prodígio de prosperidade. Na Austrália, a colonização é feita exclusivamente pelos «forçados» desde 1778 até 1820, em que se iniciou a imigração livre, tendo recebido naquele lapso de tempo 25.878 condenados, dos quais 3661 mulheres; só os Estados de Vitória e da Australia Meridional estão isentos dessa colonização, que se prolongou na Tasmânia até 1853 e na Austrália Ocidental até 1868, produzindo esses primeiros imigrantes um trabalho tal que Foster Fraser classifica de miraculoso. Na Guiana e na Nova-Caledónia (onde também se grita contra a transporte sem que a França recue nos seus objectivos), avultada é também a população oriunda dos tribunais metropolitanos, informando-nos Elisée Reclus que, em 1889, o número de transportados na segunda daquelas colónias era aproximadamente de 12.000, dos quais a grande maioria se empregava nos trabalhos públicos, cerca de 1.200 nas companhias industriais ou mineiras e 600 no cultivo das suas concessões nas penitenciárias agrícolas, que abrangiam uma área de 12.000 hectares.

Portugal iniciou o sistema, mas não soube organizá-lo. Eis todo o mal!... Jámais se procura no degredo a regeneração do homem e a sua fixação á terra: — expiam-se as penas e nada mais. Cumprida a sentença, o «liberado» fica ao abandono: — se não tinha profissão nem hábitos de trabalho, sai do deposito para continuar no crime. Nenhum grande ideal orienta a transporte: — apenas o castigo, e isso não basta para, ao fim da pena, se adquirir o pão. Dentro das prisões, nenhum estímulo para a depuração de caracteres nem cuidados para a morigeração de costumes; fóra das prisões, nenhuma atracção que apege o delinqüente á tranquilidade duma vida honesta.

Se fôsse necessária uma prova da nossa preguiça mental em enfrentar de modo capás o problema, tê-la-íamos na base 18.º do Decreto de 27 de Maio de 1911, onde, no delineamento dum plano de fomento agrícola colonial, se preceituou, rigidamente, o «estabelecimento de campos de cultura nas sédes das circunscrições administrativas e concelhos, mantendo-se neles, e utilizando-os nos tra-

balhos agrícolas, todos os condenados enviados da Metropole. Assim mesmo!... Nem selecção, nem especialização! Eram *todos*, medidos pela mesma rasa, como se fossem equivalentes os criminosos ocasionais e os delinquentes relapsos, os profissionais do trabalho e os contumazes no crime, os que uma vez e num mau momento se perderam e os que sempre viveram, depravadamente, na perdão.

Já disse algures («*A Patria*», de 6 de junho ultimo) que não sou dos que abundam em preconceitos contra a colonização penal, e expuz as razões que me justificam perante as opiniões divergentes, citando a propósito o caso exemplar de James Ruse, que, na Austrália (1789), abriu o campo á dignificação dos *convicts* pelo rude labôr dos seus braços. Nem compreendo que a sociedade repila de si criaturas que duramente liquidaram nos cárceres o atentado que os tribunais julgaram. Seria uma dupla condenação, talvez pior que a condenação á morte ou á prisão perpétua, — humanitariamente banidas das nossas leis. Entendo, pelo contrário, que lhe cabe o indeclinavel dever de abrir os braços á reabilitação dos delinquentes, evitando que recaiam no crime aquelles que, por degenerescencia ou inadaptabilidade, não fôrem insusceptíveis de regeneração. Serão muitos? Serão poucos? Não cuidemos de o

saber, porque na generosidade da *intenção* é que reside a sua grandeza. Assim se encara o problema na França, que de nós recebeu a *ideia*, mas que, mais do que nós, procura sublimá-la.

Não convém, decerto, que se prosiga no caminho até agora andado. Grave erro seria continuar-se a fazer de Loanda o ponto *terminus* das levas de transportados, porque não ha ali outra finalidade (nem pode haver) que não não seja o estricto cumprimento da pena. E o seu presídio, acanhadissimo, pouco mais é que um asilo pouco seguro para os malfeitores impenitentes.

Mas Angola é vasta e pouco povoada. Tem amplas planuras salubres e regadas onde o trabalho do homem se pode aplicar na terra. Porque não há de aproveitar-se o braço do condenado no fomento da sua riqueza, — desbravando os matos, erguendo os caisais e rasgando os solos virgens, que aguardam o povoamento dos homens e das sementes? — Colónias penais agrícolas, como essas maravilhosas instituições de Ommerschans e Veenhuizen, na Holanda, já copiadas pela França, ua Algéria, — eis o que ali nos falta. E, a par delas, qualquer coisa de semelhante ás colónias livres de Frederiks'oord, Willems'oord ou Willeminas'oord, para os que, livres da pena e garantindo exemplar procedimento, ali queiram fixar-se, ganhan-

do honradamente o pão de cada dia.

Efectue-se com rigôr e critério a selecção dos transportados. Eliminem-se das levas os que não possuem condições de resistência ao clima e ao trabalho, bem como os que fôrem provadamente incorrigíveis. Pônha-se termo á promiscuidade, que é a escola de todos os vícios. E premeie-se o comportamento, admitindo-se o principio de colocar nas mãos dos próprios condenados a sua libertação e o seu futuro, — que assim se ampliarão as possibilidades da sua regeneração.

Pertence-nos a iniciativa do sistema... E' mais uma razão, portanto, para nêle porfiarmos, corrigindo-o e e aperfeiçoando-o até que satisfaça a nossa aspiração. A grande alma da França já lá vai á nossa frente... Sigámo-la — é o remédio — uma vez que não sabemos andar senão atrás dos outros.

Saimos do Congresso com os olhos prêsos na fascinação duma utopia... Veja-se bem se não será preferivel reformar o que existe, para que cessem desde já as causas que provocam clamores.

— Eu entendo que sim. E mais entendo que, tal como as coisas vão correndo, é que não pode haver pior.

A. LEITE DE MAGALHÃES.

SOUSA MACHADO & C.^A

SEDE EM LOANDA

ANGOLA--CABO VERDE—GUINÉ—LISBOA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

::: PRODUTOS COLONIAIS :::

::: CEREAIS DE ANGOLA :::

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Representantes privativos na Africa Ocidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY

E. U. A.

Representação e Importação exclusiva de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

::: FILIAL EM LISBOA :::

RUA GARRETT, 62, 2.^o

FILIAIS NO:

LOBITO
HUAMBO

END TELEGRAFICOS:

PARA ANGOLA—SOMA
PARA LISBOA—SEGUE

Guiné

Primeiras povoações Portuguesas na Guiné

DEPOIS da fase de descoberta da Guiné, que durou de 1446 até 1462, começou a de colonisação, por assim dizer iniciada nas primeiras relações comerciais que os nossos navegadores travaram com os indígenas e com as embaixadas que de Portugal se iam enviando aos territórios novamente descobertos.

Quando em 1469 D. Afonso V concedeu o resgate da Guiné a Fernão Gomes, «o negócio da Guiné andava já mui corrente entre os nossos, e os moradores daquelas partes, e uns com os outros se comunicavam em as cousas do commercio com paz, e amor, sem aquelas entradas, e saltos de roubos de guerra, que no principio houve». (1)

Como não era facil fiscalisar esse commercio e a parte que nele cabia a el-rei, resolveu este arrendar por cinco anos o resgate da Guiné a Fernão Gomes, «um cidadão honrado de Lisboa, por duzentos mil reis cada ano» (2), com a condição de descobrir anualmente mais cem leguas da costa a partir da Serra Leoa. Apenas se exceptuava deste arrendamento o Castelo de Arguim, por el-rei o ter dado a seu filho o príncipe D. João, e a parte da terra firme em frente das ilhas de Cabo Verde, por o seu resgate ficar para os moradores destas ilhas que eram pertença do Infante D. Fernando. Por carta de privilégio passada em Beja em 12 de Junho de 1446, D. Afonso V concedia aos moradores da Ilha de S. Tiago «que daqui em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhe prouver poderem ir com navios a tratar de resgatar em todos os nossos tratos das partes da Guiné» (3). Estas determinações foram confirmadas e reforçadas em 1517 por novo foral de D. Manuel, em que se definia bem o exclusivo concedido aos moradores de S. Tiago.

Nesse tempo considerava-se a Guiné como dependência de Cabo Verde e na verdade assim era pois de lá lhe vinham os braços necessários à sua agricultura, e como os navios estrangeiros não podiam ir commerciar aos rios da Guiné, por lho não consentirem os portugueses, iam às ilhas de Cabo Verde, especie de entreposto daquela parte do continente africano,

muitos pagaram com a vida a sua ousadia. Se considerarmos o grau de bestialisação a que ainda presentemente chegam alguns europeus que vivem mais em contacto e promiscuidade com os negros, poderemos imaginar no que se tornariam esses lançados, obrigados a viver em condições tão diversas das actuais.

André Alvares de Almada (), des-



GUINÉ — Parte da muralha sul da Fortalêsa de Bissau — Levantada pela primeira vez em 1647, reconstruida de 1765-75. Sobre a entrada principal vê-se a actual residencia do Governador

onde as mercadorias de lá trazidas eram então negociadas.

Muitos portugueses, a principio apenas empregados dos mercadores de S. Tiago de Cabo Verde, internavam-se pelos matos da Guiné, lançando-se pelo interior, onde iam negociar com os negros e resgatar escravos. Daqui lhes veio o nome de lançados por que eram colhidos, sendo elles principalmente que canalizavam para os portos do litoral e dos rios os ricos produtos do interior, tais como o ouro, o marfim, a cera, a goma, os couros, etc. A vida que esses homens deviam levar, em contacto com os povos negros selvagens e despóticos, devia ser qualquer coisa de terrível e

creve de maneira suggestiva a vida destes homens de triste destino, verdadeiros pioneiros da nossa colonisação, bastando que, para fazer uma ideia, transcrevamos uma das muitas passagens em que se lhes refere; «Antigamente habitavam os nossos com estes negros na mesma aldeia debaixo da palavra e guarda de seus hospedes, e eram muito avexados delles como de outros da mesma nação que descião do sertão, e houve já muitas mortes e roubos importantes que cada dia recebião», (Cap. IX).

(1) — Tratado breve dos rios da Guiné de Cabo Verde desde o rio do Sanagá ate aos baixos de Santana, etc., etc. — 1594

(1) João de Barros — Decada I — Liv. II, Cap. II.

(2) — Idem ibid.

(3) Torre do Tombo — Livro das Ilhas, fl. 2, — V.

Os *lançados* foram mais tarde odiosamente perseguidos por ordem de D. Manuel que, a um caracter desordenado e inferiores qualidades, aliou nos últimos anos da sua vida um fanatismo religioso, em que muito influenciou a Infanta Isabel de Castela, sua mulher. Os pobres e miseráveis *lançados* sofreram a mais atroz e iníqua perseguição, que só pelo ódio religioso se pode explicar. Esses desgraçados raras vezes vinham a contacto com os seus compatriotas durante os anos seguidos que por lá viviam, a maior parte das vezes até à sua morte, pelo que se tornavam cada vez mais rudes e bestializados, o que levou o Padre Guerreiro a dizer na sua *Relação Anual* (1) que elles andavam «tão esquecidos de Deus, & de sua salvação como se foram os proprios negros, & gentios da terra».

Provavelmente o monarca teve idênticas informações, ou ainda peores, e o seu fanatismo religioso não perdoou aos miseráveis *lançados*, começando o rosário das suas absurdas perseguições. Num foral de 1517 o Rei Venturoso mandava que se confiscassem todas as fazendas dos cristãos que fôsem para a Guiné com os negros e que não mais se tivesse piedade com elles. E, como se isto não bastasse ou os resultados não fôsem o que elle esperava, mandou publicar no ano seguinte um alvará especial e para seu cumprimento enviou expressamente um navio à Guiné, determinando que os reis e negros onde estivessem os *lançados* os matassem e como prémio ficassem com as suas fazendas!!! E' esta talvez a mais ignominiosa nódoa que jamais caíu sobre a nossa história da colonisação.

Segundo o que nos conta A. A. de Almada, aproximadamente em 1581, Francisco de Andrade, sargento-mor da Ilha de S. Tiago, vindo à Guiné viu que «eram tão maos estes negros da aldeia de *Buguendo* (2) para os nossos e os tratavão tão mal que se não podia sofrer, e não se tinha por honrado negro que lhês não tomava os chapéos, e lhês desse bofetadas e pancadas. E havia muitos negros da casa do Rei chamados, uns, *Reinaldos*, e outros, *Roldões*, e outros nomes desta qualidade; e quando vinham a esta aldeia traziam uma esquadra de negros velhacos e vadios de-ante deles, que vinham dizendo aos nossos: *lá vem Reinaldo, lá vem*

Roldão, para que lhês fizessem preses e aparelhassem'o que lhês haviam de dar, e tanto que não haviam isto os tratavam muito mal. E com todas estas coisas sofriam aos negros.»

Resolveu então com Masatamba, régulo de Casamança e nosso amigo, fundar uma aldeia na margem do rio Farim, em lugar seguro, que os nossos passaram a habitar e a que se pôs o nome de S. Filipe, em honra de Filipe I que então era rei de Portugal. Foi esta pois uma das primeiras povoações que os protugueses fundaram na Guiné.

E' difficil dizer hoje onde foi esta povoação de S. Filipe. Almada diz que era «num porto do rei da Casamança, que está indo pelo rio de Farim acima, e faz ali um braço pequeno, que vai dar na primeira pedra d'este rei chamada *Sarar*.»

Francisco de Azevedo Coelho (1) diz tambem que a aldeia de S. Filipe era perto de *Sarar*, porto do rei de Casamança no rio de Cacheu.

O Padre Guerreiro, na *Relação Anual* diz apenas que a povoação de S. Filipe fica em terras do rio de S. Domingos.

Contudo Lopes de Lima (2) diz que S. Filipe era a aldeia de *Sarah* «metida em um Esteiro, onde os Cassangas partem com os Banhús, quatro leguas acima de Cacheu na outra margem.» Não sabemos com que fundamento o diz, se por mera suposição ou se o indagou dos indígenas da região quando da sua estada em Cacheu e Presídio de Bolor que elle mesmo fundou em 1831. Seja como for não podemos deixar de registar opinião tão abalísada e illustre.

Cerca de 1640 os portugueses que habitavam S. Filipe, como esta era muito doentia, mudaram-se para a margem esquerda do rio Casamança. Ai, de acordo com o rei de Casamança, fundou Gonçalo Gamboa, entre 1643 e 1645, o Presídio Português de Zinguichor, que ficou fortificado e bem artilhado.

Em 1589 um outro português da Ilha de S. Tiago, Manuel Lopes Cardoso, por razões idênticas, conseguiu com muita habilidade que o régulo Chapala, da entrada do rio Cacheu, lhe deixasse fazer um forte para defender o rio dos ataques dos ingleses e franceses. Depois de feito e artilhado este forte, fizeram varias casas para a sua guarnição, criando

assim a povoação de Cacheu, que depois teve tanta importância.

Adquirida esta força, sem que os negros se tivessem apercebido, começaram os nossos a fazer valer os seus direitos e vendo então Chapala no que tinha caído resolveu no ano seguinte, 1599, atacar o forte com 10.000 homens. Os nossos, que tinham sido prevenidos, defenderam-se valentemente durante os três dias que durou o ataque, matando muitos dos assaltantes e não tendo uma única baixa.

Quasi no final do Cap. X, «que trata dos Bijagós e dos seus costumes», diz A. A. d' Almada: «Estas ilhas são todas muito formosas, e a principal de todas é a chamada *Rôxa*, tal que foi cubiçada dos nossos; sobre a qual foram já conquistadores, por mandado do Infante, da Ilha de S. Tiago, a saber; Gomez Balieiro, com muita gente, e capitão mor delas e das Ilhas debaixo da obediencia de Gomes Pacheco, e por desordem dos nossos foram desbaratados dos negros e mortos os capitães mores, e salvarão-se mui poucos.»

Por outros escritores do tempo se sabe tambem que as Ilhas Bijagós eram muito visitadas pelos nossos que lá iam commerciar, referindo-se-lhes largamente F. A. Coelho na sua *Descrição*. Vê-se pois que no século XVI os portugueses habitaram na Ilha Roxa ou de Canhabac, dominando várias outras ilhas do arquipélago, mas que depois foram rechazados pelos indígenas por terem enfraquecido do seu prestígio e força em desavenças uns com os outros. Hoje não restam quaisquer vestígios da passagem dos nossos pelos Bijagós, nessas épocas.

A. A. d' Almada fala-nos tambem (Cap. XI) duma aldeia dos portugueses que havia em Guinalá, no Rio Grande de Buba, que tinha o nome de Porto da Cruz, em que havia um forte artilhado que os defendia dos ataques dos franceses; «os nossos se aldearam e se pozêram todos a par do forte». Esta aldeia e forte, de que Almada diz: «Nesta aldeia dos nossos estiveram no ano de 1584, obra de 4 ou 5 meses, uns frades carmelitas descalços, que com o seu modo de vida e doutrina faziam grande fruto», deve ter sido o nosso primeiro estabelecimento na Guiné. Embora Almada não promenorise sobre a fundação desta aldeia, vê-se que ella já existia alguns anos antes de 1584, provavelmente desde o meado do século XVI.

Segundo diz este escritor, havia no seu tempo muitos portugueses neste Rio de Buba em que o comércio estava muito desenvolvido, referindo-se aos negócios que se faziam em Bigu-

(1) — *Relaçam annal das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus, na India, China, Japam, Ethyopia, Guiné, Serra Leoa e Brasil, nos anos de 1600 a 1608* — padre Fernam Guerreiro. Lisboa — 1613.

(2) Aldeia de Banhuns, perto de S. Domingos.

(1) — *Descrição da Costa da Guiné desde Cabo Verde até á Serra Leoa, com todas as Ilhas e Rios a que os brancos assistentes nela navegam.* — 1669 —

Manuscritos N.ºs. 307 e 309 dos Reservas da Biblioteca Nacional de Lxa.

(2) — *Ensaíos sobre a Estatística das Possessões Portuguesas.* — 1844 — Liv. I — Parte II, pag. 89.

ba (*Buba*) e aos muitos *lançados* que já habitavam Bolola «por ser pacífica e quieta e acudir a ela muito resgate». Só alguns anos depois os portugueses se estabeleceram com importância em Biguba e Bolola.

Na sua *Relação Anual* já o Padre Guerreiro se refere ao forte e aldeia de Biguba como sendo a mais importante da Guiné, numa carta que o Padre Baltazar Barreira lhe escreveu, datada de Biguba, 28 de Janeiro de 1605 em que diz: «Não cudo que ha em Guiné, povoação de portugueses que com mais razão se possa chamar sua, que esta de Biguba.

A terra me tem parecido muyto bem, & o vigor, & cores dos portugueses, que nella residem, declara bem quam sadia he.» vê-se que o forte foi feito e a importância adquirida depois que A. A. d' Almada escreveu o seu *Tratado breve* (1584) — se não ter-se-lhe-hia referido.

C. de Sena Barcelos (1) diz que em 1607 os reis do Rio Grande de Bolola e de Bolama, pediram vassalagem e protecção a Portugal em virtude dos constantes ataques que lhes faziam os Bijagós.

Pouco fala o Padre Guerreiro de Bolola, mas F. A. Coelho diz que seu tio, o capitão Cristovão de Melo, que tinha o forte de Guinlá bem artilhado, em virtude de desavenças com os indígenas da terra, se mudou para Bobola onde construiu um outro forte. Pouco depois abandonou também este forte, recolhendo ao reino, pelas alturas de 1640; por essa época foi também abandonado o forte de Biguba. A. M. de Castilho (2) diz: «A cerca de 16 milhas da *Ponta des grandes Arbres* dormem as ruínas duma feitoria francesa, perto do povoado de Bolola». Não encontramos em nenhum dos nossos clássicos, nem mesmo no minuciosissimo C. de Sena Barcelos, qualquer referência a este respeito; é possível que Castilho colhesse essa informação de algum antigo mapa francês que chamaria sua à nossa povoação de Bolola.

Atualmente Guinalá e Bolola são aldeias indígenas sem importância de maior e Buba (a antiga Biguba) é sede duma Circunscrição Civil.

Vê-se que a primeira povoação portuguesa que se fundou na Guiné foi a de Guinalá, por meados do século XVI, tendo sido abandonada no principio do século XVII.

Depois fundou-se em 1581 a povoação de S. Filipe, na margem direita do rio Cacheu, de que hoje se não sabe ao certo onde ficou.

A seguir, em 1589, foi criada a povoação portuguesa em Cacheu com o seu forte. No principio do século XVII Cacheu e Guinalá rivalisavam em importância.

Pouco depois, no fim do século XVI, construiu-se um forte e igreja em Biguba, que ficou sendo aldeia de portugueses, e só mais tarde, mas antes de 1639, se construiu o forte de Bolola onde contudo os portugueses já residiam ha muito.

A povoação de Geba é também muito antiga, dizendo F. A. Coelho na sua *Descrição*: «É a povoação de Geba a terceira que ha hoje (1669) na Guiné, e agora faz 30 anos que se podia dizer que era a primeira assim no trato como nos moradores, mas como o Governador Gonçalo de Gamba sendo capitão de Cacheu mandou levar os moradores para com eles fazer a povoação de Tubagodaga no rio de Farim ficou deserta, e não ha hoje nada mais que filhos da terra.» Este êxodo dos portugueses de Geba para Tubagodaga, foi em 1641 ou 1642. Tubagodaga, que em lingua mandinga quer dizer «aldeia de brancos», passou a ser conhecida por Farim, tomando em breve um grande desenvolvimento comercial pois que a ela vinha a maior parte dos productos do reino dos mandingas. Em 1692 foi Farim fortificada e artilhada em virtude dumas desavenças havidas com os mandingas, de que foram causa dois frades brigões que o bispo de Cabo Verde para ali desterrara.

Desde a sua fundação, Farim, que é uma das mais lindas povoações da Guiné, tem tido sempre um desenvolvimento crescente, sendo actualmente, em importância, a quarta povoação da Colónia.

Geba, depois de perdida a importância que tinha, com a passagem da sua população para Farim, tornou a adquiri-la quando mais tarde passou a ser sede do mais importante comando militar da Guiné, estando hoje em decadência, graças à sua vizinha e florescente Bafatá que é actualmente um dos principais centros comerciais da Colónia.

Desde o meado do século XVI que em Bissau vivem portugueses. Na carta que em 1605 o Padre Baltazar Barreira escreveu ao Padre Guerreiro, fala dos muitos portugueses que ao tempo habitavam Bissau, entre os quais um que já lá estava havia vinte anos. Contundo só no século XVIII Bissau começou a ter importância. Em 1647, como os franceses cobisçassem Bissau para aí se estabelecerem e edificarem uma fortaleza, o capitão-mor de Cacheu, Barros Bezerra, conseguiu construir lá um pequeno forte que sempre autenticava a nossa posse.

Em 1690 a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, criada nesse ano por D. Pedro II, começou a interessar-se tanto pelo porto de Bissau que em 1696 se estabelecia lá uma feitoria portuguesa fortificada e bem artilhada, construindo-se também de pedra e cal a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelaria e o Hospício dos Capuchos.

A actual fortaleza de S. José de Bissau, cuja construção demorou dez anos, tendo-nos custado muitas centenas de vidas, ficou concluida em Julho de 1775.

Bolama data já da segunda metade do século XIX.

ARMANDO ZUZARTE CORTESÃO

Tudo aos montes

VENDE SE ESTAMPILHES E MAIS FORMULAS DE FRANQUIAS

FUMAR

IBIDO

AFIXAR ANUNCIOS

RUA NESTA PROPRIEDADE

LOPES VIEIRA 25

ADVOCADO

MERCEARIA

TESOURARIA

OPICIAES

LETRAS ESMALTADAS

REGISTO CIVIL

MODAS

RECORDAR

Porto, Coimbra, Braga, Algarve, Alentejo

Mhas, Brasil, India, London, Mogambique, etc

(A todos interessa)

Não tem agentes a Casa Freire nem quer preferindo vender directamente aos frequentes pelo preço 40 000 mais barato que é o que os agentes levam a mais. E façam seus pedidos directos para serem bem servidos e rapido á Grande fabrica onde se fazem essas lindas Chapas e que duram para sempre e letras esmaltadas para ruas, estabelecimentos, etc., emblemas lindos e baratos para Sports, clubes, medalhas para corridas, (artigos de Barba). Gilletes mais baratas, maquinas de 4 rolos para as afiar, Tesouras finas e canetas de tinta permanente com pera de ouro a 40500, que os outros vendem pelo dobro. canivetes, Carimbos, numerados a tinta, a repetirem o numero até 12 vezes, ditos para cheques a picotar o numero e com data, selos em branco para as juntas de Paroquia, camaras e repartições, sinetes para lacre e roupa, etc., alicates de selar, marcas a fogo, etiquetas de metal para sardinhas, fixas de metal para jogos de cafés, fabricas, etc., aneis á Freire, em aço e ouro com brazões e monogramas, cunhos importados do Portugal, chapas e letras para marcar caixotes e preços, lampadas e instalações electricas, etc., etc. Unica na Europa completa.

A. L. Freire, 158 a 164, R. do Ouro.
Telef. 1656 C.

Peçam á cobrança para tudo lhe remeter.

(1) — *Subsidios para a historia de Cabo Verde e Guiné*—Vol. I—Pag. 199.

(2) — *Descrição e Roteiro da Costa Occidental de Africa*—1866. Pag. 187.

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
| *Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a*

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e côres Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas côres, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo- metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobiliars, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
| Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

A CONSTRUTORA, L.^{da}

Capital realizado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Delegação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2772

Telegramas | Rodrivalho — LISBOA
| Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

Sousa Lara & C.^a Ld.
Joaquim Duarte

LISBOA

José Rodrigues de Carvaiho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarrega-se de construções no Lobito e ao longo do Caminho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilometro 627



Angola

AS POSSIBILIDADES INDUSTRIAIS DA COLONIA

O progresso e desenvolvimento industrial de um paiz depende, sem duvida alguma, dos seus recursos no que respeita á força motriz.

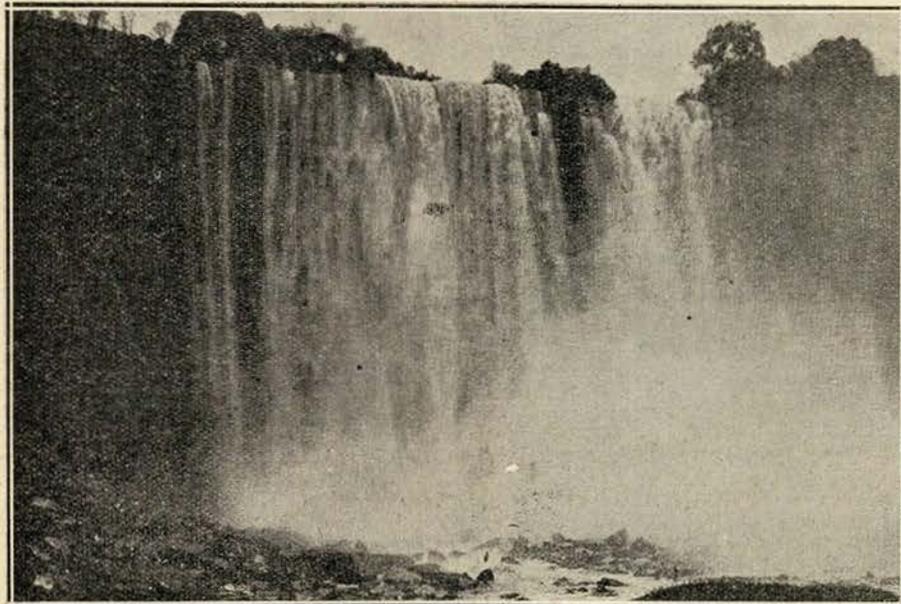
transformação de processos da industria e da agricultura da provincia de Angola, mas que se destinará a ser exportada. A força motriz que, de preferencia, vem a ser utilizada na

água atinge uma vertiginosa velocidade; repetimos, a configuração da provincia que deixamos esboçada, dá azo a que, os rios, que nela correm, contenham um consideravel potencial de energia que ainda hoje está por calcular.

Para melhor esclarecer a especial configuração da provincia, agrupamos as suas regiões em relação á sua altitude, dividindo-a em 4 zonas, correspondendo respectivamente, a primeira ás regiões da zona do litoral de altitude até 500 metros, a segunda ás regiões de altitude de 500 a 1.000 metros de altitude, a terceira zona, correspondente ao primeiro degrau para o planalto, de 1.000 a 1.500 metros de altitude, e a quarta para as regiões planalticas de altitude superior a 1.500 metros.

A primeira e a quarta zonas, sob o ponto de vista que aqui nos interessa — energia hydraulica — são as de menor importancia; a primeira, por que, tendo uma configuração orografica de pequenas altitudes, e sem gran-

des desniveis, os rios, espraia-do-se, não nos fornecem, na sua grande maioria, energia apreciavel; a quarta zona, se bem que mais movimentada no que respeita á sua orografia, não nos pode fornecer um grande potencial em energia hydraulica, por virtude dos rios nestas regiões não levarem ainda um grande volume de agua. São a segunda e a terceira zonas, exactamente as que correspondem ás regiões mais ricas em materias primas, as que, pela sua movimentada orografia dão azo aos maiores desniveis da provincia, por onde se despenham, em rapidos e cataratas os rios já então consti-



ANGOLA — (Duque de Bragança) — Queda de agua 108^m de altura e 80^m de largura — Rio Lucala

Sob este ponto de vista, Angola tem condições para constituir um grande empório industrial. E' rica em combustiveis minerais; tem jazigos de hulha que, se pela sua constituição, não são recomendaveis como combustiveis, sobretudo para a navegação, são no entanto ricos em produtos derivados que os tornam muito apreciaveis; tem no seu solo ricos jazigos de petroleo que amanhã, na exploração, constituirão uma das suas maiores riquezas.

A hulha, o petroleo e os seus derivados constituem um manancial de riqueza incalculavel em força motriz, que por certo, muito facilitará a

provincia, será aquela que dia a dia vemos perder-se, constituída pela energia hydraulica dos seus rios.

A configuração da provincia de Angola, que se póde comparar a um prato voltado, com um vasto planalto que se desenvolve a 1500 metros de altitude e mais, e que, em saltos successivos, como que em degraus, se desenrola até á altitude de 500 metros; planalto onde nascem os catidolosos rios Quanza, Cubango, Cunene, e todos os seus afluentes, e que dele se despenham em volumosas massas de agua, quer em quedas bruscas, atingindo 80 metros e mais de altura, quer em rapidos onde a massa de

tuidos por grandes volumes de agua e que podem fornecer um consideravel potencial de energia hydraulica. De facto, ao sair da primeira para a segunda zona, caminhando para o interior da provincia, o terreno que gradualmente e sem grandes incidentes se elevava, encontra o primeiro degrau para o planalto, umas vezes em montanhas quasi cortadas a pique,

lunosos, com um potencial proprio para a industria agricola e outras pequenas industrias, a provincia possui, entre as zonas de altitude de 500 a 1.500 metros, grandes desniveis em que se despenham os seus maiores rios e que podem fornecer força motriz para os maiores empreendimentos. Daqui a importancia capital da energia hydraulica aproveitavel dos rios

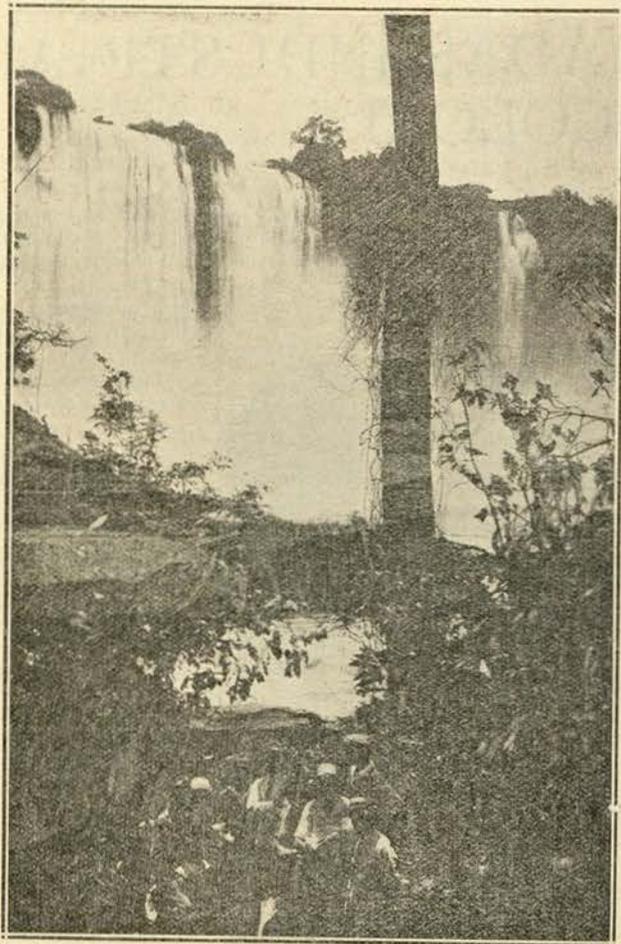
se que todas estas circumferencias se cortam mutuamente, mostrando este facto a facultade de electrizar quasi a totalidade da superficie da provincia, sobre tudo a correspondente ás zonas do litoral e das florestas, as mais ricas e aquelas que podem fornecer materias primas em quantidades inexgotaveis.

A provincia de Angola tem pois, condições excepcionais para constituir, em um futuro muito proximo, um grande empório industrial, sobretudo para aquelas industrias que, tendo em Angola as materias primas, tem nela igualmente o seu principal mercado.

No numero daquelas industrias merecem especial menção a industria dos tecidos de algodão, a dos materiais de construção, a das conservas alimenticias e em especial a intensificação da industria da pesca e conservação do peixe, a industria do aproveitamento do minerio de ferro, a da moagem, panificação e outras.

São estas industrias as que desde já devem interessar os capitalistas e industriais portugueses, para delas se assenhorearem, evitando que capitais estrangeiros se lhe antepõem. O estabelecimento de algumas daquelas industrias, com capitais que não sejam portugueses, virá arredar os seus lucros para o estrangeiro e pôr em grave risco as industrias similares nacionais, estabelecidas na metropole, que tem o seu principal mercado em Angola.

FERREIRA DINIZ.



ANGOLA - (Duque de Bragança) - Queda de agua - Rio Lucalá

como se diante de nós se nos deparasse uma muralha de uma fortaleza, outras vezes em inclinadas ribanceiras ou em saltos sucessivos. Daí por diante a orografia desenvolve-se por tal forma complicada e recortada de ravinas, que mais parece um trabalho fantastico de scenografia que obra da natureza, até que, atingindo a altitude de 1.500 metros, toma o aspecto uniforme de grandes extensões planalticas, cortadas e cruzadas por um grande numero de linhas de agua.

Desta forma, em Angola, verifica-se que, alem dos pequenos desniveis, em cursos de agua, ainda pouco vo-

de Angola, que transformada em energia electrica e portanto transportavel, terá um papel preponderante na transformação dos processos da agricultura e da industria já existentes e na criação de novas industrias.

As cataratas, as cachoeiras e os rapidos são tão variados e tantos, desde o Zaire ao Cunene, que permitem todas as instalações electricas desde as mais modestas ás maiores. Se se representar por meio de circumferencias traçadas com raios representativos das energias possiveis, armazenadas nos rios, e fazendo isto só para os mais importantes, verifica-

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres-biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas»—T. Carmo, 1—Lisboa.



MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA



Macau

Sobre as obras do porto de Macau

O que sobre elas diz o seu ilustre Director o sr. Almirante Hugo de Lacerda

A proposito das obras dos portos de Macau — aspectos, politico economico e financeiro — teem sido publicados, nos tres primeiros numeros da importante revista «Gazeta das Colonias», interessantes artigos; no ultimo destes artigos fui convidado a emitir opinião sobre alguns pontos da brilhante discussão travada entre os seus ilustres autores, o distinto engenheiro sr. João Tamagnini, antigo ministro das Colonias, e o conceituado official da armada sr. Henrique Corrêa da Silva, ex-governador de Macau; mas as questões para que S. Ex.^a o sr. João Tamagnini chama mais a minha atenção referem-se ás *garantias de ordem politica e a posição de ordem economica que Macau possui. no momento, para aspirar a uma justa compensação do sacrificio de dinheiros que está fazendo no seu porto artificial com as obras grandiosas em execução.*

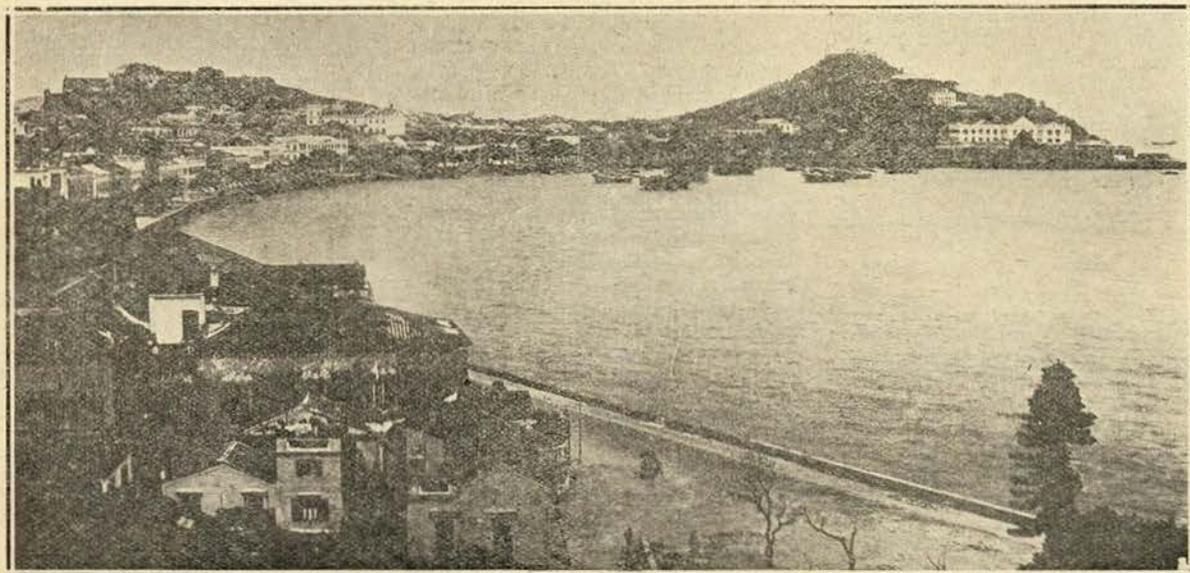
Cumpre-me começar por agradecer

um tão honroso convite, ao qual, por todos os motivos, não posso deixar de corresponder; devo dizer que tenho para com S. Ex.^a o sr. Tamagnini invulgares deveres porque lhe devo o convite para tomar a chefia da «Missão de Melhoramentos», da sua autoria, e que iniciou as obras dos portos a que ha referencias nos referidos artigos. Desejo tambem significar, quanta satisfação me deu, o vêr discutidas questões de tanta magnitude, tão levantadamente, por ilustres pessoas conhecedoras dos interesses de Macau e notar que, feita a devida luz, só ha a mencionar a concordancia de vistas, tão absoluta quanto poderia ser desejada por quem, como eu, tem um mesmo modo de vêr.

Permita-se-me que em resumo mencione as questões em que ficou assente essa concordancia de idéas: foi reconhecido que a organização dos serviços das obras dos portos

tem sido considerada como satisfazendo na pratica, principalmente depois que foi aumentada a competencia do Conselho de Administração dos Portos tem-se procurado corresponder a essa boa organização, pelo trabalho nas obras do porto; as aspirações de Macau, como porto, não devem ser limitados a servir de auxiliar da vizinha Colonia; foi reprovada a politica de subalternisação á colonia vizinha, em que se pretendeu mais recentemente colocar a exploração do porto, sem acórdos previos mais superiores; foi reconhecido que o *status quo* estabelecido em 1887 não representa a mais actual aspiração da China quanto a limites da Colonia; rejeitou-se a idéa da exploração do porto feita por uma Companhia de caracter internacional.

— S. Ex.^a o sr. Tamagnini não discute a mudança de planos quanto ao porto para navios, no lado exterior de Macau, em vez de ser no porto



MACAU — A PRAIA GRANDE

interior, mudança que tão calorosamente foi defendida por S. Ex.^a o sr. Corrêa da Silva, e do que parece poder-se inferir que a aceita como preferível.

Sómente a concordancia se não manifestou tão completa, quanto á adjudicação a uma empresa da obra principal, do porto para navios; S. Ex.^a o sr. Tamagnini concorda em que a obra assim fica mais economica e será executada mais rapidamente, mas mostra apreensões quanto a possíveis reclamações, movidas quicá por interesses políticos. A este respeito deverei dizer que se procurou defender o melhor possível os interesses do Estado, no contrato celebrado, e disto ha já a confirmação da pratica em cerca de ano e meio de execução de obras ao abrigo do contrato; a fiscalisação foi tambem preparada, educando-se pessoal para este fim, e ela tem mostrado tambem a sua efficacia. Quanto a outras hipóteses a considerar são elas pouco provaveis, dada a seriedade da Companhia adjudicatária e se se souber proceder sempre com tino. Mas deve-se dizer que era só com a grande empreitada que se podia garantir que as obras principais pudessem ser levadas a efeito, não porque no regimen da administração não pudessem técnica e praticamente ser executadas, mas porque não ficariam assim bem garantidos os fundos a elas destinados. Ninguém em Macau, conhecedor das circunstancias acreditava nessas obras a não ser que fossem conduzidas por uma empreitada grande.

De resto pelo projecto Castel Branco, que o actual substituiu, havia a considerar a empreitada geral.

Por vezes tem-se tambem procurado pôr em relevo o facto de se estar construindo o porto para navios, sem que primeiro se tenha definido a questão do caminho de ferro; não foi ela agora posta, o que deve significar tambem que ha concordancia quanto ao expediente adoptado, devendo esclarecer que nem o caminho de ferro é absolutamente essencial á vida principal do porto, nem poderia nunca ser estabelecido, á aventura, antes do porto construido.

♦ ♦ ♦

Ainda antes de me referir ás questões que mais concretamente me foram enunciadas, julgo conveniente, pretender explicar a significação do adjectivo *grandiosas* applicado ás actuais obras por S. Ex.^a o sr. Tamagnini.

Julgo que a palavra *grandioso* se refere ao aspecto que tomou o porto artificial para navios com os seus extensos molhes de abrigo e seus grandes aterros interiores; pois que quanto a despesas, fazendo-se a cor-

recção de preços unitarios actuais e considerando o necessario alargamento do canal de acesso, segundo o projecto Castel Branco, que o actual plano substituiu, e que fôra aprovado, vê-se facilmente que não ha mais *grandiosidade* agora do que antes se projectára.

Ao canal de acesso, segundo o plano em execução, de 5,5 quilometros de cumprimento e em linha recta, foi dada a largura de 100 metros; o canal de acesso segundo o projecto Castel Branco, de cerca do dobro de extensão, e em curvas, só tinha 50 metros de largura! O engenheiro Adolfo Loureiro no seu anteprojecto considerava um canal da mesma extensão do de Castel Branco, mas com 150 metros de largura. A correção a introduzir quanto ao canal dobraria pois, pelo menos, o custo da obra que antes fôra aprovada.

Não ha portanto a ter em conta maiores despesas agora do que as que anteriormente teriam de ser consideradas; e de resto o que se está fazendo, na base de Macau não ficar limitado a servir de auxiliar do visinho porto representa um minimo, porque, nesta faze de obras, se trata só de meios calados de navios e com acesso ás marés; sendo para observar contudo que o porto tal como está sendo construido, comporta melhoramentos que possam ser recomendados por maiores prosperidades que porventura se venham a acentuar.

♦ ♦ ♦

E é já tempo de abordar a questão politica e economica para cuja attenção fui mais concretamente chamado, nestes dois aspectos principais, tão importantes que razam pela transcendencia.

O aspecto politico é sem duvida o primacial; e seria longo tentar descrever o passado comquanto este sirva de lição e base ao presente e futuro; bastará attender agora ao que de momento mais se apresenta á attenção do Paiz.

Como base de consideração de ordem politica ha a mencionar a circumstancia de Macau ter de ser conservado português, através de todos os sacrificios, se tal fôsse preciso, como padrão de antigos feitos e como sustentaculo de uma tão importante Colonia portuguesa vivendo espalhada no extremo oriente. Como tem vivido, Macau, desde ha algumas dezenas de anos, era mais um descredito do que uma honra nacional, e tornou-se necessario procurar para esta Colonia uma vida puramente natural, baseada em receitas sómente legitimas, como as que lhe deve dar o seu novo porto, e o desenvolvimento correlativo de suas industrias. Como povo de

adiantada civilisação precisamos dar bons exemplos á China que renasce para esta nova civilisação.

Desta forma, muito mais do que pela força, impondo-nos ao respeito, podemos estar seguros que continuaremos senhores desse precioso torrão, que temos sabido conservar através de tantas vicissitudes.

Macau, pela sua privilegiada posição geografica, não pode deixar de ser cubiçado pelos países que estão interessados commercialmente com a China e que não dispõem ai de concessões, e a sua principal defesa está no bom uso que fôr feito do seu sólo em facilidades ao trafego mercantil e ao desenvolvimento industrial.

E sômos nós os portugueses, entre os estrangeiros, que menos afrontam os filhos do Celeste Imperio, pela fórma que merecemos essa já três vezes secular doação, sem termos exercido pressões como outras nações e até por não sermos uma grande nação, e pelo nosso modo de ser que em tantos pontos se assemelha ou adapta ao modo de ser chinês. Depois Macau português é incomparavelmente melhor para a vizinha Colonia de Hong-Kong do que se não fosse assim.

Haja bom entendimento com a China e com a Colonia vizinha; demonstremos que não queremos dominar pela força e que esta só tem por missão a necessaria policia e quicá, ainda agora, a defesa de um qualquer golpe de mão audacioso de aventureiros de lutas partidarias de que tanto sofre a China; mostremos que tentamos viver honestamente, com proveito da região que geograficamente depende de Macau e o futuro desta nossa bela Colonia deve estar assegurado. Hoje já se não fala no Macau terra de vicios, e quasi só se discute a significação commercial do seu porto, o valôr dos terrenos conquistados e a conquistar; a atmosfera que está envolvendo Macau é já outra, de paz, de progresso, de promessas de lucros legitimis.

Muito mais haveria sobre que discurrir a respeito do aspecto politico, mas parece-me que bastam estas observações para tranquilisar aquelles bons portugueses que tinham apreensões sobre o futuro politico de Macau e que porventura mais as tenham agora com a revelação do valôr desta Colonia.

Digamos agora algumas palavras sobre o aspecto economico. Este depende fundamentalmente do lado politico; ainda quando a garantia economica não se apresentasse com bons aspectos, havia a considerar a questão politica primacial, mas tudo mostra que, pelo menos as circunstancias economicas devem efectivamente me-

lhorar com o estabelecimento do porto para navios.

A população chinesa de Macau é extremamente manufactureira e com pronunciadas tendências para o desenvolvimento fabril e comercial; o novo porto abre-lhe largas portas a grandes desenvolvimentos, a boas iniciativas.

Sabe-se o que Macau foi a este respeito quando a navegação era obrigada a frequentar o seu porto, antes de se lhe abrir o tanto melhor porto de Hongkong; e atendendo-se a que por assim dizer se vão recompôr as circumstancias antigas, ha só a esperar, pelo menos, o resurgimento de passadas prosperidades; e agora não será só a exportação a atender e sim tambem a importação. A China importa cada vez mais, á medida que progride, a par da sua crescente produção.

Este desenvolvimento comercial da China pode significar tambem que não haja razão para serios reparos quanto á concorrência que possa vir fazer Macau, com um porto para navios e com novos terrenos para desenvolvimento de industrias locais, pois que ha lugar para todos.

O desenvolvimento da China é presente nas nações do velho e novo mundo, que mais se preocupam com os progressos materiais, e demonstram bem o quants elle lhes interessa; Portugal não se podia alhear, fechar os olhos a todas essas promessas que tanto mais o podem interessar. As estatisticas das alfandegas chinezas são excelentes indicações do que virá a ser a China, logo que os seus irrequietos generais entrem no caminho da concordia, ou a isso sejam obrigados.

De resto ainda, os sacrificios que se estão fazendo, são, como já disse, da natureza dos que foram aprovados anteriormente e assentes em dados economicos. O movimento de passageiros conta tambem muito na economia do porto, pois que é porporcionalmente maior do que o de Hongkong.

Economicamente, ainda, os beneficios tudo indica que possam ter fortes reflexos na metropole, em trafego e em navegação nacional. Portugal, sem grande explicação é um dos paizes da Europa que menor indice comercial tem em relação á China, quando foi, em tempos idos, o grande emporio

do Extremo Oriente; paizes pequenos, que não tem colonias no extremo Oriente, fazem aí fluctuar a sua bandeira comercial em navios, e Portugal parece ter-se conformado com uma recente e infeliz experiencia segundo se afirma muito mal conduzida, cheia de erros! Portugal que tem colonias de posse, alem de outras, espalhadas pelo Extremo Oriente, não pode, mesmo que seja com sacrificios de ordem financeira, deixar de mostrar a sua bandeira comercial, tambem em Macau e o novo porto em questão deve facilitar muito a realização de esta aspiração justa.

Pelo lado financeiro a questão do porto, se este não vem trazer grandes beneficios directos, e possivelmente até encargos, os terrenos con-

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação—O Grande Premio.

quistados e a conquistar é muito provavel que venham trazer boas compensações, e tanto que sem grandes optimismos se pode pensar que estes venham a pagar as obras feitas! O que a este respeito se está passando relativamente aos terrenos ao norte de Macau é significativo.

Contudo, pelo lado financeiro, talvez que a colonia, cessando ou reduzindo-se as receitas de determinados exclusivos, não volte a ter as prosperidades de estes ultimos tempos que levaram á circumstancia rara, de se poder fazer obras tão importantes, sem se recorrer ao credito, ou sem se ter de agravar impostos. Essa circumstancia não pode deixar de aconselhar a efectiva compressão de despesas e mesmo a criação de algumas possiveis receitas que não tragam exodos ou esmorecimentos de actividades particulares.

Mas não é demais repetir que todas as possiveis prosperidades, toda a efectivação de vantagens politicas, não pode deixar de ser consequencia

do muito bom senso, do particular cuidado, na administração da Colonia. Pelo menos o funcionalismo superior de Macau, deveria ser especialmente seleccionado; Macau a melhor colonia de Portugal, como clima, devia ser como que premio ao funcionalismo colonial, com provada experiencia, e ele deveria ter instrucções especiais para o desempenho de funções em que tenha de haver relações com os estrangeiros que predominam. Macau devia ser exemplo de administração colonial, livre completamente de pressões de ordem politica partidaria.

E antes de terminar, permita-se-me que aproveite a oportunidade para lembrar que se torna necessario, definir o mais brevemente possivel, a forma de administração dos portos de Macau, em face dos objectivos que de novo se mostram. A colonia já apresentou, ha mais de um ano, o seu modo de ver, e o assunto creio já ter sido considerado, na metropole, por uma comissão sabiamente constituída.

Devo pensar que a formula a adoptar é a da junta autonoma, adequada ao meio.

Ha muitos assuntos que esperam pela resolução superior sobre este assunto: questões de concessão de terrenos, equipamento do porto incluindo armazenagem, abastecimentos diversos, regimen de receitas e encargos a adoptar em breve, grau e forma da propaganda necessaria, etc., etc.

O porto artificial deve poder começar a ser utilizado em menos de dois anos e o tempo vó... podendo-se dizer, a este respeito, que já se perdeu um ano!

A falta da resolução sobre este importante assunto representa serios obstaculos ao andamento de obras complementares, ao desenvolvimento comercial e industrial de Macau, e ao bom aproveitamento de seus novos terrenos conquistados ao mar.

HUGO C. DE LACERDA.

Vice-almirante, engenheiro hidrografo, director das obras dos portos de Macau.

Luso-Colonial, Ltd.^a

ROSSIO, 93, 3.^o

LISBOA

Codigos Ribeiro
A. B. C. 5.^a Edição

Tele (fone NORTE 812
gramas MILABREU

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

VINHOS DE CONSUMO E LICOROSOS
CONSERVAS, GENEROS COLONIAIS

Dão REFERENCIAS BANCARIAS — Pedem correspondentes nas colonias portuguezas

Agentes nas principais praças europeias.

Sucursal em ANVERS, Longue Rue Neuve, 6

Timor

O PROBLEMA ECONOMICO DE TIMOR

e os processos administrativos dos holandezes no extremo oriente

(Continuação)

Os processos descriptos trouxeram para os javanezes aumento de riqueza, e aumento de emprego pelas crescentes necessidades da mão d'obra mais abundante.

Os contratadores fizeram fortunas.

Aparecendo dinheiro, surgiram tambem grande numero de comerciantes, industriaes e até agricultores para empreendimentos sem o auxilio do Estado.

Os contractos com adeantamento começaram a ser recusados e por 1840 foram feitas algumas concessões para plantio de cana.

O plantador tinha então que montar o engenho por sua conta, fazer a plantação (fora das varzeas indigenas) por sua conta e procurar o trabalho sem interferencia das autoridades, que limitavam a sua acção ás questões de justiça e policia.

Como era de esperar o seu successo ficou muito aquem do dos plantadores com contracto.

A razão principal era que a justeza dos principios de livre industria, concorrência e trabalho inteiramente livre, perfeita numa sociedade europeia, não o é numa sociedade como era a javaneza e como é a timorense.

Na nossa colonia, sem o auxilio official, nunca os plantadores conseguiriam os serviços de que carecem em certas epochas do ano a 20 avos por dia com razão.

Requisitam-nos ás centenas e o comandante militar, repartindo o numero pedido pelos varios «sucos», ordena pura e simplesmente ao chefe que apresente os homens em tal ou tal dia. Seguidamente relaciona-os numa lista e manda-os apresentar nas plantações para trabalharem por 30 dias.

Arrebanhados com mais ou menos dificuldade pelos chefes, não deixariam de fugir em massa, se não fosse a repressão que constantemente se exerce sobre os que o fazem, que são presos e mandados apresentar de novo ao plantador.

Ao contrario do que se possa supor e do que afirmam alguns interessados, o serviço do Estado mantem-se sem dificuldade e quasi sem vigilancia.

Em primeiro logar os indigenas alcançam muito bem a significação de «sirbiço Estado», como eles dizem, depois os homens do mesmo «suco», que trabalham juntos,

são rendidos semanalmente pelos de outros «sucos»; não ha a preocupação de constantemente apressar e obrigar a produzir trabalho que compense a paga; como não sahem da sua terra vão muitas vezes dormir a casa e não perdem o contacto com a familia.

A assistencia aos plantadores era necessaria.

Mas aconteceu em Java o que acontecerá em Timor se um sistema de paz e de trabalho fôr por muito tempo mantido.

A cifra da população elevou-se de seis milhões de habitantes em 1830 a cêrca de quarenta milhões, que ha actualmente.

Uma tal accumulção força-os hoje a procurarem trabalho não só em Java como nas plantações inglezas da Peninsula de Malaca.

O sistema de culturas ricas em plantações do Estado, o trabalho obrigatorio em beneficio de plantadores privilegiados desapareceu. O sistema Bosch foi o degrau de subida ás grandes e livres emprezas privadas.

Emquanto a cultura, as autoridades continuam a vigiar a do arroz, por forma a garantir da fome uma tão grande massa de população.

Não fui eu quem, em Portugal, teve a prioridade na exposição d'estas idéas sobre o problema economico de Timor.

Na mais importante das obras, que tem sido publicadas sobre a nossa Colonia Oriental, elas se encontram defendidas com calor. (As Possessões Portuguezas na Oceania, pelo governador Afonso de Castro—Bb. Ncl., 1866).

Aí vemos que já Afonso de Castro advogava a criação de uma Repartição de Culturas, que Filomeno veio a montar com o nome de R. de Fomento.

Tambem o governador Celestino, em certa época do seu governo, tentou praticar o sistema. As guerras constantes dos primeiros anos e os vícios fundamentaes da sua governação devem tê-lo impedido de realisar.

Com Filomeno, que manteve o prestigio e a dignidade do Estado, o metodo teve um successo sempre crescente.

A existencia de uma força armada sufficiente, a cobrança regular, que passou a efectuar-se, do imposto de capitação, os vencimentos não exagerados mas regularmente pagos aos funcionarios, a actividade das autoridades administrativas e prestigio que conquistavam empreendendo obras de toda a espécie, que impressionavam os indigenas, o espirito regionalista e a emulação entre as populações, o tom de franqueza e exigencia em que eram tratados os chefes, livres contudo da politica indigena e consequentemente do desterro e morte nos calabouços, o apoio da Repartição do Fomento, as visitas do Governador aos comandos eram outros tantos elementos do successo.

Uma differença radical havia tambem entre a maneira holandeza e a nossa. Enquanto os holandezes visavam a exploração directa e os seus «controleurs» arrecadavam o produto das colheitas, a acção das nossas autoridades parava no campo, onde se limitavam a vigiar a equidade na distribuição. O peculato não podia dar-se e a suspeição era impossivel.

Na posse do seu quinhão, cada indigena dispunha d'ele como lhe aprazia; o Estado recebia o beneficio indirectamente.

Emfim, o processo, que estava longe de atingir a perfeição, foi adaptado ás necessidades actuaes e differia muito do que em 1867 julgava possivel o governador Afonso de Castro.

N'esse tempo Dily era um amontoado de palhotas e

no interior nada existia. A differença para os nossos dias é colossal, mas o problema economico de Timor é fundamentalmente o mesmo.

A sua resolução, a reorganisação economica e financeira da Provincia, terá que ser feita com a concorrência de duas forças:

Uma constituída pelos europeus, que já hoje teem propriedades nos comandos de Hato-Lia e Líquiça e cujo numero, sendo portuguezes, é desejavel ver aumentar.

Outra, actualmente muito maior, representada pelos indigenas, que, guiados por um pessoal administrativo competente e adestrado, devem ser guindados a condições de vida material mais elevada.

Uma e outra força deve ter representação nos conselhos de governo, onde um administrador ou curador, conhecendo bem a vida do mato e não tendo outros interesses que não sejam os do Estado, representará os reinos indigenas.

E se para o Governador é tarefa ardua equilibrar o orçamento e evitar a plethora de funcionarios inuteis, não é difficuldade menor harmonisar estas duas forças para a realisação de um Timor maior e bem Portuguez.

Maximo Sezinando Ribeiro Arthur.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e officinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviaes de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Officinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

ARTE

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

DR. CARLOS AMARO : : : : :
 LUIS MOITA : : : : :
 JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO

BILHETE POSTAL

Meu querido Colono.

Vai mal o tempo para suculentas notícias de teatro. No mês de Agosto, que ora decorre acordado nas rubricas normais do calendario, o calor domina tudo, esbanja a unidade de acção ao lisboeta e ás coisas de Lisboa, do qual modo as portas dos teatros se fecham resignadas e os refrescos passam á primeira categoria, em processo de menor domínio ou temperança. E se não fecham, os teatros ficam na misera situação de coisa tolerada cuja impertinencia não irrita nem faz mal, excepção para o genero ligeiro que, sem melhor logar no pensamento, está ainda na c'asse dos refrescos, pois sempre vão refrescando a vista...

Agosto, meu querido Colono, não tem portanto novidades. A menos que você queira notícias duma condecoração dada pelo governo ao sr. Mario Duarte, o que nos deixa ficar a todos aqui na capital, de consciencia bem colocada. A condecoração estava bem dar se, e todos fomos unanimes em a aplaudir. O sr. Mario Duarte ha muito era credor das atenções por parte dos governos que, a dentro dos bastidores, nunca tinham reparado no que foi o seu trabalho como actor, no que a seguir era a sua envergadura como dramaturgo, e depois ainda tem sido a sua fecunda actividade como traductor. Foi preciso que ele fundasse uma revista e se pusesse a publicar peças dos outros, para que o nosso ministerio da Instrução visse nele um actor nacional, aquilo que, em teatros, se chama uma utilidade. Veja como são as coisas, meu Amigo!...

Que os governos tinham as vistas curtas sabiamos nós. Que e se têm os movimentos lentos ficámos agora sabendo, pois não ha nada mais perigoso para o renome do illustre director da De Teatro do que ser condecorado nesta altura do ano. Em Agosto

não se condecora ninguem. Agosto é um mês de pausa, um mês entre parentesis. E se este louvaminheiro gesto do Governo pretendia agradar a um homem que ao teatro tem dado o esforço da sua actividade, não era agora, neste tempo de calma acalorada, que o Diario do Governo devia abrir um sorriso de tanta amabilidade. Condecorado no inverno, simultaneamente ás suas traduções e aos numeros sensacionais da sua revista, ficaria o Sr. Mario Duarte como o peixe dentro de agua. Assim...

Parece que estas coisas, feitas por esta forma desencontrada, têm um proposito mesquinho e inconfessavel, são consequencia de algum plano urdido na tendencia do Mal, não apenas no que diz respeito ás pessoas nas condições do Sr. Mario Duarte, mas a nós proprios que, assistindo a elas, temos a impressão de nos terem sacudido os queixos e arrancado alguma coisa preciosa, alguma ideia sã, cheia de logica e bom senso, que em nossa mente estivesse encubando, para gestação mais bem urdida e melhor oportunidade.

Porque a infelicidade do Governo está, não tanto na sua ideia como na que foi sua realisação. Querendo condecorar por feitos prestados á arte dramatica, escondeu no bolso a Cruz de S. Tiago, estendendo na mão velhaca apenas a de Cristo, que nada tem que ver com as peças de Nicodemi ou Praga ou as comedias do Sr. André Brun, mas antes com a coragem e valor civico, por exemplo, dos Bombeiros Voluntarios.

Você não acha, meu querido Colono, que o Sr. Mario Duarte tinha tido agora uma bela ocasião para se zangar?

LUIS MOITA.

Companhia Nacional
 DE
 PRODUTOS COLONIAIS, L. DA
 Rua dos Fanqueiros, 15 - LISBOA
 Transações sobre cacau,
 café, cera, coconote e couros

«O Capital»

Ha muita gente, gente velha, ou gente envelhecida, que creando na imaginação, por leitura do Eça ou do Fialho, a Lisboa do tempo do conselheiro Acacio, se lamenta do bulicio que ai vai e se acha tiranizada pela condição dos ultimos anos, cujo progresso as aterrorisa, cuja desconchavada lucta lhes parece simplesmente um arbitrio violentissimo.

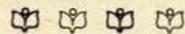
Essas pessoas confundem o progresso com o «faits divers», e daí o não sentirem como vão deslisando no espaço, no espaço da vida politica e social, numa vertigem de progressão geometrica crescente, a caminho dum ponto imprevisito a que se não adaptarão talvez e apenas por falta da verdadeira sensação do comodidade.

Quando se annunciou «O Capital» a velha e obscurificada peça do empoado socialista Ernesto da Silva, essa pobre gente, com um movimento de sobresalto, imaginou ser a Russia em pessoa, que vinha ali para a rua Fernandes da Fonseca dar o ultimo empurrão na sociedade portuguesa. Outros julgaram de uma irresistivel fatalidade para o teatro portuguez o regresso do «dramalhão de faca e alguidar» e afirmavam, nos conhecidos cantos de má lingua, que isto vinha misericordiosamente emudecer os modernissimos autores dramaticos. Ainda outros lamentavam a sorte dos bons actores, artistas da moderna escola, cujo talento entorpeceria nas rubricas desse teatro infeliz...

E, — o que são as previsões!, a peça veio, e ninguém a foi esperar nem se importou com ela. Os bolchevistas, — que a sabiam só rugosa e de grenha esfarelada, nem lhe tiraram o chapéu, como convinha, em boa deferencia filial. Os defensores do teatro portuguez contemporaneo nem lhe bateram, com piedade da funebre aparição. E os actores, esses nem tiveram tempo de ir peor do que das outras vezes, por que ninguém se lembra de os ter visto representar...

De facto, não se passou cousa alguma nessa noite em que, dizem, se fez a reprise da peça socialista, O Capital...

L. M.



ESPECTACULOS

Nacional. — A Severa, com Ester Leão na protagonista, succedeu enfim aos Dois Garotos: De um tiro passou-se a outro. E mais tiros se anunciam, para prova de que quem sabe, sabe, e o teatro é a constante novidade que muitos imaginam.

Apolo. — O Capital, um petardo socialista que não faz mal a ninguem.

Eden. — Todas as noites ali se leva uma Vida airada. Pena que tudo aquilo já esteja velhinho e fatigado, até o publico.

Maria Victoria. — Sempre e sempre, Rés-vés.

Salão Foz. — Variedades em conjunto e cinematografo.

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA}

R. DA MADALENA, 45, 1.^o

LISBOA

— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

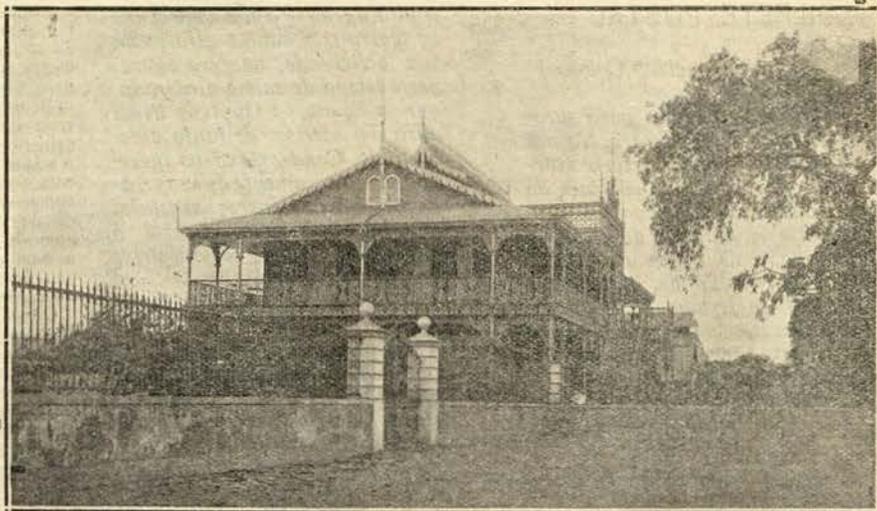
Importação e Exportação

directa das suas casas em **ÁFRICA** de todos os produtos de **ANGOLA** (Africa Occidental Portuguesa)

Café, Cacao,
Coconote, Oleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha, Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimentícios, Fer-
ramentas, Vi hos, Oleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

SOCIEDADE ANGOLA E CONGO, LIMITADA

(Junção das firmas **BERNARDO, RAPOSO & C.^a L.^a** e **QUINTINO, SANTOS & C.^a**)

Sede — RUA DO OURO, 50, 2.^o — LISBOA — Telefone: C. 3922

DEPENDENCIAS EM AFRICA

LOANDA — CATETE — CASSONECA — LANDNAA

IMPORTADORES E EXPORTADORES

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

Os maiores exportadores de algodão, em Angola. Os principais exportadores de oleaginosas, em Landana (Congo),

Exportação geral de todos os outros generos coloniais.

Grandes lavras de algodão nas regiões de **CATETE** e **CASSONECA** com fabrica de desgranamento em Catete e ensacadeira própria para exportação de milho

LOANDA — Rua Alfredo Trony

TELEFONE: 62

Endereços telegráficos: **ANGOCONGO**

Referências: **BANCO NACIONAL ULTRAMARINO**

DESPORTO

Carlos Oscar
da Silva

A religião do «sport»

Os jogos da VIII Olimpíada trouxeram ensinamentos interessantes sobretudo na parte respeitante ao atletismo.

Que diferentes psicologias!

Os americanos praticando o Sport com S grande, vencendo as provas, alegres, con-

cord» e realmente alem dos records dos 1500, 2000, 3000 e 5000 metros, tem tambem o record da resistencia a indiscrição dos jornalistas.

E' facil calcular como um homem como Toaro Nurmi foi perseguido pelos reporters



Gentil dos Santos

Karel Pott

Os dois «sprinters» que representaram Portugal nas provas atleticas dos recentes Jcgos Olimpícos

tentes da sua força, adorando as belas «performances», quer sejam obidas pelos seus compatriotas quer pelos adversarios.

Os ingleses belos e correctos atletas tinham contudo o ar grave de quem representa uma missão oficial.

Os suecos, os pobre suecos, não podiam disfarçar o azedume da sua inesperada derrota.

Os finlandezes, Nurmi sobretudo, faziam as suas provas com a gravidade e o retraimento proprios de quem exerce um rito. Que caracter estranho o deste Nurmi!

Tão grave, tão concentrado, duma frieza tal e duma tal força sobre si mesmo que nunca trae os seus sentimentos.

Os franceses chamam-lhe «l'homme re-

avidos de boas «interviws» dond se po dessem obter dados sobre a estranha personalidade, deste extraordinario atleta e sobre o regime por ele seguido para obter tão maravilhosos resultados.

Pois ele resistiu encarniçadamente a quasi todas as investidas dos jornalistas concedendo apenas uma meia duzia de entrevistas... que pouco ou nada esclareciam.

Esta reserva e a pouca importancia que ele ligava ao publico, aos adversarios e até aos seus compatriotas tornaram-no um pouco antipatico.

De facto é bonito, e era uso corrente, ver os atletas batidos serem os primeiros a felicitar os seus adversarios mais felizes correspondendo estes amavelmente ao cumpri-

mento. Pois após a brilhante victoria de Nurmi sobre o seu compatriota Ritola nos 5000 metros o homem record não se dignou aceitar as felicitações do seu rival.

Na «pelouse» do Stadium de Colombes não se via Nurmi conversar com ninguem nem antes nem depois das provas.

Sentado no chão calçava os seus sapatos e preparava-se para a corrida. Finda esta voltava a sentar-se no sitio onde deixara a camisola e as caças, tirava os seus sapatos e metendo o casaco debaixo do braço, dirigia-se para o vestiario sem corresponder ás aclamações do publico nem aos cumprimentos dos camaradas. Tudo isto sem dar a minima mostra de cansaço quer acabasse de correr os 1500 metros ou os 5000 ou o «Cross».

Mesmo durante a corrida parecia estar sempre isolado dando mesmo a impressão de ter estabelecido o plano da corrida previamente.

Um cronometro na mão direita consultado todos os 500 metros dava-lhe a indicação da velocidade a que seguia, parecendo assim que não corria contra os adversarios mas contra o relógio.

Uma unica vez um gesto de nervosismo desmanchou esta impassibilidade. Na ultima volta dos 5000 metros, Ritola que vinha a 10 metros de Nurmi ataca-o e chega num «sprint» magafico a um metro do campeão, este volta-se e vendo o seu adversario tão perto e não estando decerto um ataque tão violento nos seus planos arremessa furiosamente o cronometro, embala e chega á meta com 2 metros e meio de vantagem.

Um sueco que conhecia Nurmi dizia a Gaston Binac numa entrevista:

«Nurmi, o desenhador de uma pequena fabrica em Ahoquasi, não faz mais nada alem dos seus trenos. Alem disto leva uma vida de verdadeiro beneditino; é um santo... Os finlandezes praticam o pedestrianismo como certas seitas do Thibet adoram as suas divindades».

O Hipismo português nos Jogos Olímpicos

O sport hipico português nos Jogos Olimpícos obteve a honrosa classificação de terceiro lugar por equipes deante de inumeras nações inscritas, entre as quais a França.

O primeiro prémio coube á Suécia seguida da Suíça.

O pavilhão de Portugal subiu ao mastro olimpico pela primeira vez desde a renovação dos jogos.

Brevemente publicaremos uma entrevista com um dos concorrentes mais em destaque.

Revista Fo o-Sport

Publica-se no dia 15 o 7.º numero da revista de fotografias «Foto-Sport» que neste numero traz algumas paginas com artigos e noticiario destacando se uma apreciação á obra realisada pelo Comité Olimpico Portuguez nos Olimpícos.

A parte fotografica vem excelente.

A capa é um magnifico salto de barreiras do conhecido atleta José Salazar Carreira.

Este numero deve constituir um autentico sucesso como de resto tem acontecido aos numeros anteriores.

NOTICIARIO

São extintas as Agencias Gerais das Colonias, passando os seus serviços para o Ministerio das Colonias

Os altos Commissários da Provincia de Angola e Moçambique com fundamento nas Leis n.ºs 1005, de 7 de Agosto de 1920 e 1922, do mesmo mês e ano, criaram com sede em Lisboa, Agencias Gerais, com caracter official, tendo a provincia de Angola chegado a estabelecer ainda Agencias no estrangeiro e a nomear pessoal, subordinando-o directamente a um agente geral e este ao Governador Geral da provincia.

Do Ministério das Colónias, única estação official com competencia para tratar na Metropole dos assuntos, que passaram a dependencia exclusiva da Agencia Geral de Angola, foram, com errada interpretação, e num excessivo uso daqueles diplomas, desviadas attribuições que as leis e regulamentos em vigor lhe continuam conferindo.

Daqui tem resultado graves inconvenientes para os serviços publicos das colónias, que não podem deixar de estar subordinados ás mesmas normas, applicaveis ás restantes colónias sobretudo na parte administrativa e fiscal.

Considerando, pois, que aos Altos Commissários de Angola e Moçambique, não foi pelo Poder Legislativo concedida a faculdade de criarem Agencias Provincias na Metropole e no Estrangeiro nem tão pouco de nomearem e contratarem pessoal para serviço fóra da provincia, e

Convido estabelecer os preceitos legais que a tal respeito se devem observar em todas as Colónias.

Usando da faculdade que me conferem a Lei N.º 1022, do 20 de Agosto de 1920 e o art.º 67 B da Constituição Política da Republica Portuguesa.

Sob proposta do Ministro das Colónias, e ouvido o Conselho de Ministros.

Hei por bem decretar o seguinte:

Art.º 1.º—É extinta a Agencia Geral de Angola em Lisboa a que se refere o decreto N.º 16 de 19 de Maio de 1921, do Alto Commissário de Angola, e bem assim são extintas as Agencias da mesma colónia em países estrangeiros.

Art.º 2.º—É anulado o diploma provincial N.º 204, de 28 de Janeiro de 1922 que estabeleceu a Agencia Geral de Moçambique em Lisboa, não sendo permitido ás provincias ultramarinas criar Agencias Colónias quer Metrópole quer no Estrangeiro.

Art.º 3.º—É instituido no Ministério das Colónias e dependente da Direcção Geral dos Serviços Centraes, um organismo cujas funções serão, especialmente, de procuradoria das colónias e informações, em contacto directo com o publico.

Art.º 4.º—O pessoal para os serviços tratados no artigo anterior será escolhi-

do de entre o pessoal do Ministério das Colónias, podendo tambem cada colónia ocupar, nos mesmo serviços, a cargo da Direcção Geral dos Serviços Centraes, um funcionario do seu quadro privativo e de sua escolha, proposto ao Ministro e que servirá em comissão por periodo não superior a dois anos.

§ unico.—Os vencimentos a abonar aos funcionários das diversas colónias nesta situação serão pagos por conta da respectiva colónia e não poderão ser superiores aos dos funcionários de igual categoria do quadro do Ministério.

Art.º 5.º—Todo o pessoal assalariado em serviço nas Agencias extintas por esse decreto, será dispensado, ficando o restante á disposição da provincia de Angola, a fim de lhe ser dado o destino conveniente.

Art.º 6.º—O Ministro das Colónias, nomeará uma comissão, incumbida de propor todas as medidas a bem da execução do presente decreto, com attribuições para inquirir, fiscalisar, inventariar e dar o devido destino ao arquivo, valores e mais objectos existentes na Agencia Geral de Angola em Lisboa.

§ 1.º—O arquivo, valores e mais objectos existentes nas Agencias de Angola em países estrangeiros ficarão provisoriamente a cargo dos respectivos Consulados de Portugal devendo cada Consul proceder imediatamente ao inventário, cuja cópia será enviada ao Ministerio das Colónias.

§ 2.º—A comissão de que trata o presente artigo será facultada a agregar a si as entidades que julgue necessárias com autorisação do Ministro das Colónias.

Art.º 7.º—A comissão a que se refere o art.º 6.º tomará immediatamente posse em nome do Ministro das Colónias do edificio em que se acha instalada a Agencia Geral de Angola em Lisboa, propondo a referida comissão a melhor applicação que no interesse do Estado lhe deve ser dada.

Art.º 8.º—Este decreto entra immediatamente em vigor.

Art.º 9.º—Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Colónias assim o tenham entendido e façam executar.

Para ser publicado no «BOLETIM OFFICIAL» de todas as colónias.

Paços do Governo da Republica, em 26 de Julho de 1924

(a) Manuel Teixeira Gomes.

Vitorino Godinho.

A. Bulhão Pato.

Varias

Foi exonerado de Governador do districto de Inhambane o coronel sr. Azambuja Martins e nomeado para o substituir o sr. Bartolomeu Severino, deputado da Nação.

Dá-se como certa a nomeação do sr. Rego Chaves para Alto Commissario de Angola.

Vae ser nomeado Governador do districto do Quanza Sul o sr. Sampaio Mansilha.

A Comissão de inquerito á Agencia Geral de Angola, começou já os seus trabalhos e recebe todos os dias uteis das 15 ás 17 quaesquer queixas, participações, informações e reclamações respeitantes aos serviços da mesma agencia.

Vae ser nomeado escrivão do juizo de direito da comarca de Bolama o sr. José Carvelo d'Avila.

Foi mandado contar para a aposentação o tempo prestado pelos funcionarios eventuaes no Ministerio das Colonias. Neste sentido o Ministro das Colonias autorizou a publicação do respectivo diploma legislativo, que virá brevemente no Diario do Governo.

A Junta de Saude das Colonias julgou incapaz do serviço no Ultramar o sr. Alfredo do Rosario Rodrigues, que estava interinamente exercendo as funções de director de fazenda provincial da Guiné.

Tendo o professor interino do Instituto Comercial de Nova Góia requerido a s. ex.ª o Ministro das Colonias a sua confirmação, este magistrado, ouvido o Conselho Colonial, resolveu que seria das attribuições do Governador Geral da India tal confirmação.

O bacharel Antonio Candido Alvura, que tem estado na disponibilidade, foi despachado para juiz auditor dos Conselhos de Guerra de Loanda.

Seromenho, Silveira & Carvalho, L.^{DA}

Codes: A. B. C. 5.eme Edition et BENTLEY'S

Especialidade em conservas de peixe
Fabricas nos melhores sitios de pesca
Fabricações esmeradas

Calçada de S. Francisco, 23, 2.º
LISBONNE

Especialité en conserves de poissons
Usines sus les lieux de pesche
Qualité choisée

Telegramas: SOSICAR—LISBONNE

Specility preserved fish
Factories on the best fishing spots
Highest quality

COTAÇÕES

TITULOS

TITULOS	Em 18 de julho de 1924			Em 25 de julho de 1924			TITULOS	Em 18 de julho de 1924			Em 25 de julho de 1924		
	OFERTAS			OFERTAS				OFERTAS			OFERTAS		
	Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel		Efectuado	Dinheiro	papel	Efectuado	Dinheiro	papel
Div. interna fundada													
As. tit. 20.000\$00	—	—	—	—	—	—							
As. tit. 1.000\$00	—	—	35,60	33,50	—	33,70							
As. tit. 500\$00	—	—	25,	33,00	—	33,00							
As. tit. 100\$00	—	—	—	—	—	—							
Coupon tit. 1.000\$00	24	—	25,	24,20	24,20	—							
Coupon tit. 500\$00	24	—	25,	24,20	—	—							
Coupon tit. 100\$00	24	—	—	—	—	—							
Emp 3 0/0 1905	—	—	10\$20	—	9\$50	9\$80							
Emp 4 0/0 1888	—	15	16\$20	—	—	16\$20							
Emp 4 0/0 1890 c.	—	—	44\$00	—	—	44\$00							
Emp. 4 1/2 1888-89 as	—	—	—	—	—	35\$00							
Emp. 4 1/2 1888-89 c.	—	—	34\$00	—	—	34\$00							
Emp 4 1/2 1912 ouro.	600\$00	—	610\$00	590\$00	570\$00	590\$00							
Emp 5 0/0 1909 c.	—	—	40\$00	—	—	32\$50							
Emp 5 0/0 1917 c.	38\$50	38\$00	38\$50	38\$00	—	37\$90							
Emp. 6 1/2 1923 ouro.	428\$00	—	—	427\$00	427\$00	427\$00							
Externas 1ª serie.	466\$00	455\$00	457\$00	496\$00	497\$00	499\$00							
Externas 3ª serie.	520\$00	—	553\$00	530\$00	530\$00	535\$00							
Cautelas da 3ª serie	—	—	37\$00	36\$00	35\$30	36\$00							
Obg Div. Prov. de Angola 3 0/0	—	—	70\$00	—	—	70\$00							
Ações													
BANCOS:													
Alentejano	—	—	70\$00	—	—	70\$00							
Aliança	—	—	800\$00	—	760\$00	780\$00							
Colonial Português, p.	—	—	68\$00	—	—	65\$00							
Colonial Português, a.	—	—	—	—	—	—							
Colonial Português c.	70\$00	68\$00	70\$00	64\$00	63\$00	65\$00							
Comercial de Lisboa	—	—	290\$00	290\$00	—	—							
Credito Nacional	—	—	—	—	90\$00	110\$00							
Industrial Português c.	—	—	—	60\$00	—	62\$00							
Industrial Português a.	—	—	—	—	50\$00	—							
Lisboa & Açores	—	565\$00	569\$50	—	501\$00	500\$00							
Nacional Agricola c.	—	60\$00	68\$00	60\$00	—	65\$00							
Nacional Agricola p.	—	—	63\$00	60\$00	—	—							
Nacional Agricola a.	—	—	—	—	—	55\$00							
Minho	293\$00	291\$00	293\$00	—	289\$00	—							
Nac. Ultramarino, a.	—	—	214\$00	204\$00	202\$00	204\$50							
Nac. Ultramarino, c.	231\$00	230\$00	230\$50	220\$00	—	—							
Popular Português	—	—	25\$00	—	—	25\$00							
Portugal	854\$00	854\$00	857\$00	860\$00	—	—							
Português e Brasileiro	95\$00	95\$00	96\$50	—	85\$70	—							
Compunhias													
Diversas:													
Nacional de Navegação	233 00	230\$50	234\$00	233\$00	—	—							
Pesca e Transportes	—	40\$00	75\$00	—	40\$00	75\$00							
Cimentos de Leiria	—	—	90\$00	—	—	88\$00							
Credito Predial	30\$00	29\$50	30\$50	28\$50	28\$50	29\$50							
Div. interna fundada													
Compunhias													
Caminhos de ferro:													
Nacional	—	—	19\$00	—	—	—							19\$00
Beira Alta	—	30\$00	—	—	—	—					42\$00	—	46\$00
Coloniais:													
Açúcar de Angola	151\$50	—	—	—	—	—	160\$00	160\$00	161\$00	—	—	—	—
Agric. Bela Vista	—	80\$50	—	—	—	—	90\$00	88\$00	98\$00	—	—	—	—
Cazengo	530\$00	515\$00	550\$00	520\$00	518\$00	525\$00	—	—	—	—	—	—	—
Agric. Ganda, Soc	171\$00	171\$00	172\$00	—	—	—	172\$00	—	—	—	—	—	—
Agric. Principe, E.	—	—	12\$80	—	—	—	12\$50	12\$20	13\$80	—	—	—	—
Agric. Ultramarina	—	—	180\$00	—	—	—	160\$00	161\$00	—	—	—	—	—
Agric. Colonial Soc.	—	12\$20	250\$00	269\$00	250\$00	275\$30	—	—	—	—	—	—	—
Amboim	95\$00	166\$00	91\$50	—	—	—	94\$00	96\$00	—	—	—	—	—
Boror	—	—	229\$00	—	—	—	267\$00	270\$00	—	—	—	—	—
Cabinda	5\$10	91\$00	—	—	—	—	5\$35	95\$30	5\$40	—	—	—	—
Colonial Buzi	176\$00	225\$00	177\$00	176\$00	172\$00	175\$00	—	—	—	—	—	—	—
Congo Português	—	5\$05	26\$00	—	—	—	28\$00	26\$00	—	—	—	—	—
Ilha do Principe	363\$00	176\$00	365\$00	395\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Luabo	—	18\$00	8\$00	—	—	—	—	—	8\$00	—	—	—	—
Moçambique até ao n.º 1.222.221, inc.	—	—	—	—	—	—	65\$00	—	—	—	—	—	—
Nyassa	—	—	10\$00	—	—	—	—	—	10\$00	—	—	—	—
Sui de Angola	—	57\$00	—	70\$00	68\$00	72\$00	—	—	—	—	—	—	—
Zambezia do n.º 500.001 a 600.000	—	71\$00	14\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13\$50
Obrigações													
Caminhos de ferro:													
Através Africa 5 0/0	213\$50	—	213\$00	200\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Beira Alta 3 0/0 2.º grau.	—	70\$00	85\$00	—	290\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
Benquela, 5 0/0	1.200\$	—	1.200\$	—	—	1.210\$	—	—	—	—	—	—	—
Norte e Leste 3 0/0 1.º gr.	—	180\$00	195\$00	—	170\$00	—	—	—	—	—	—	—	—
Norte e Leste 3 0/0 2.º gr.	—	53\$00	59\$00	—	52\$00	59\$00	—	—	—	—	—	—	—
Diversas:													
Agua 4 1/2 0/0 c.	—	—	—	—	—	55\$00	—	—	—	—	—	—	—
Banco Nacional Ultramarino 4 1/2 a.	—	—	80\$00	—	—	80\$00	—	—	—	—	—	—	—
Banco Nac. Ultramarino 4 1/2 c. (ouro)	—	—	86\$00	—	—	86\$00	—	—	—	—	—	—	—
Banco Nac. Ultramarino 6 0/0 h.	—	—	83\$00	—	—	83\$00	—	—	—	—	—	—	—

Produtos coloniais

Cambios

PRODUCTOS	Quant.	Em 18		Em 25		PRODUCTOS	Quant.	Jul. 1924		Cotação oficial		Em 18-7-1924		Em 25-7-1924	
		Jul. 1924	Jul. 1924	Jul. 1924	Jul. 1924			Em 19	Em 25	Compra	Venda	Compra	Venda		
Algodão	1 k.	24\$00	24\$00			de Loanda	15 k.	45\$00	45\$00	Londres	156\$00	157\$00	155\$50	156\$00	
Amido de mandioca	»	—	—			»	»	11\$00	11\$50	Fin de Julho	—	—	—	—	
Borracha de Ambiz 1.ª	»	10\$00	10\$00	Couros limpos	»	»	»	»	Paris	1.815	1.83	1.80	1.83		
» 2.ª	»	8\$00	9\$00	Farinha de mandioca	»	»	»	»	Alemanha	—	—	—	—		
» Loanda e Beng. 1.ª	»	9\$00	10\$00	Filtra de agave	»	»	»	»	Praga	—	—	105	1.06		
» e 2.ª	»	7\$00	8\$00	Gergelim	»	»	49\$50	»	Holanda	13.51	—	13.45	13.05		
Cacau fino	15 k.	85\$00	85\$00	Goma capolo	»	»	—	»	Madrid	4.75	4.78,5	4.71	4.72		
» paiol	»	75\$00	75\$00	» branca 1.ª	»	»	—	»	Belgica	1.62	1.635	1.62	1.64		
» escolha	»	43\$00	45\$00	» mixta	»	»	—	»	Italia	1.53,5	1.55	1.520	1.54		
Café Ambriz	»	165\$00	177\$00	» preta	»	»	—	»	Suiça	6.50	6.54,5	6.30	—		
» Cazengo	»	161\$00	175\$00	Marfim de lei	»	»	—	»	Suecia	9.49	—	—	—		
» Encoffe	»	162\$00	176\$00	» meão	»	»	—	»	Nova-York	35.72	35.95	35.25	35.40		
» Novo Redondo	»	175\$00	163\$00	» escaravelho	»	»	—	»	Brasil	3.41	—	3.30	—		
» S. Tomé	»	180\$00	190\$00	Milho	»	»	18\$00	18\$00	Rio de Lisboa	—	—	—	—		
Cera	16 k.	17\$00	18\$50	» de palma do Congo	»	»	83\$00	83\$00	Rio	—	—	—	—		
Cocoonote do Zaire	15 k.	45\$50	45\$00	» de Loanda	»	»	86\$00	85\$00	Libras ouro	—	—	—	—		
» da Guiné	»	45\$50	45\$00	Ricino	»	»	50\$00	—	Agio do ouro	—	—	—	—		
				Tapioca	»	»	1\$00	—							

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio
Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane
Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

TEM UM AUTO,
UM SIDE,
UM CAMION,
UM TRACTOR?

QUER LUBRIFICA-LO
CONVENIENTEMENTE?
DIGA-NOS A SUA MARCA E
RECEBERA' ESTE FOLHETO.



PRODUTO DOS ESTUDOS DOS NOSSOS ENGE-
NHEIROS ESPECIALISTAS, EM COLABORA-
ÇÃO COM OS DAS CASAS CONSTRUTORAS



Mobiloil

GUIE-SE PELA NOSSA TABELA DE RECOMENDAÇÕES

VACUUM OIL COMPANY